



PROCESSO N° : 2018/28340/000004
 UNIDADE GESTORA : 28340
 EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2017
 ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
 TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 41/2018
 SGD N° 2018/09049/000758

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da **Fundação Radiodifusão Educativa do Estado do Tocantins - REDESAT**, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 5.364/2016, alterado pelo Decreto n° 5.573, de 27 de janeiro de 2017.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 10 da Instrução Normativa n° 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1° de janeiro a 31 de dezembro de 2017**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às **fls. 73 e 74**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta **déficit** orçamentário que foi justificado através de Nota Explicativa, à **fl. 141**.

3.2 A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um **regular** nível de execução com percentual médio de **35,01%**, justificado à fl. 141, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	550.000,00	262.558,46	47,74
Receitas de Capital	200.000,00	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita	0,00	0,00	-
TOTAL	750.000,00	262.558,46	35,01



[Handwritten signature]
1



FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
100	0,00	423,64	-
225	200.000,00	0,00	0,00
240	550.000,00	262.134,82	47,66
TOTAL	750.000,00	262.558,46	35,01

3.3 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um **bom** nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **86,45%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	8.060.199,00	7.706.158,64	95,61
Despesa de Capital	874.384,00	18.000,00	2,06
TOTAL	8.934.583,00	7.724.158,64	86,45

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
100 – Recursos Ordinários	7.708.583,00	7.498.479,35	97,27
225 – Rec. De Convênios com Órgãos Federais	200.000,00	0,00	0,00
240 – Recursos Próprios	1.026.000,00	225.679,29	22,00
TOTAL	8.934.583,00	7.724.158,64	86,45

3.4 As alterações no orçamento inicial verificado às fls. 73 a 74, refletem um aumento de **38,65%**, o que, preliminarmente, não significa dizer que houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias.

3.4.1 O considerável aumento das dotações iniciais, não está justificado.

3.5 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 262.558,46**, somada às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 7.364.024,38**, os recebimentos extraorçamentários no valor de **R\$ 479.691,10** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 505.793,23**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 7.724.158,64**, as transferências financeiras concedidas no montante de **R\$ 139.000**, os pagamentos extraorçamentários no valor de **R\$ 180.017,47**, restando saldo de **R\$ 568.891,06** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, à fl. 80.

3.6 O Balanço Patrimonial, à fl. 81, demonstra uma situação **negativa** dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.6.1 O Passivo Circulante é maior que o Ativo Circulante em **179,27%**, demonstrando insuficiência de recursos para pagamento das dívidas de curto prazo.



[Handwritten signature]
2



3.6.2 O Ativo Não Circulante foi de **R\$ 568.133,26**, composto pelo Imobilizado, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante.

3.6.3 Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício no valor de **R\$ 465.365,82**, deste montante, **R\$ 450.468,90** refere-se a restos a pagar processados e **R\$ 14.896,92** restos a pagar não processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro às fls. **77 a 78**, não havendo saldo suficiente em caixa para atendê-las, conforme demonstrado no item 3.5 deste relatório.

3.6.3.1 Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, demonstrado à fl. **75**, do qual foi liquidado e pago **R\$ 1.461,67** e cancelado **R\$ 3.644,20**, justificado à fl. **144**.

3.6.3.2 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado à fl. **76**, foi pago **R\$ 164.230,52**, não havendo cancelamentos, restando um saldo de **R\$ 361.132,48**, justificado à fl. **144**.

3.6.4 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um **deficit** financeiro de **R\$ 259.018,20**, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de **R\$ 568.891,06**, com o Passivo Financeiro no valor de **R\$ 827.909,26**, conforme fl. **83**, justificado à fl. **143**.

3.7 Os bens patrimoniais, móveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado, à fl. **81**, no valor total de **R\$ 568.133,26**, já deduzida a depreciação, havendo divergência com o SISPAT, fls. **100 a 119**. O órgão juntou Nota Explicativa à fl. **143**, no entanto, a mesma é insuficiente para fundamentar a deficiência de controle patrimonial do exercício em análise. Ademais, as deficiências apontadas neste item, impossibilitam os técnicos desta Controladoria Geral do Estado em confrontar as contas contábeis patrimoniais dispostas no SIAFEM com os grupos de contas do SISPAT.

3.7.1 Não houve registros de Bens Móveis próprios e Bens Móveis de terceiros em processo de localização, não havendo baixas no exercício em análise.

3.8 A conta contábil "Estoques", fl. **81**, apresenta saldo no valor de **R\$ 43.784,74**, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. **120 a 139**.

3.9 A conta "Caixa e Equivalentes de Caixa", à fl. **81**, registra saldo no valor total de **R\$ 106.707,64**, que confere com o Balanço Financeiro, extratos e conciliação bancária, fls. **146 a 196**, conforme discriminação abaixo:

a) banco conta movimento **R\$ 106.707,64**:

1 - **R\$ 45.054,00** na Conta Única do Tesouro Estadual;

2 - **R\$ 61.653,64** nas contas bancárias específicas.



[Handwritten signatures and initials]
3



- 3.11 Não há registro de saldo na conta "Passivo Não Circulante", conforme evidenciado no demonstrativo à fl. 81.
- 3.12 O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de **R\$ 7.810.537,08** e Variação Patrimonial Diminutiva de **R\$ 7.969.854,03**, demonstrando resultado patrimonial **negativo** do período, no montante de **R\$ 159.316,95**, conforme demonstrado às fls. 88 a 89.
- 3.13 A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de **R\$ 568.891,06**, às fls. 95 a 96.
4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à **Fundação Radiodifusão Educativa do Estado do Tocantins - REDESAT**, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.
- 4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos houve a avaliação prévia de **08** (oito) processos de adesão em ata de registro de preços, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas.
- 4.2 A Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, tendo sido realizados em **2017**, **01** (um) atendimento via telefone e **04** (quatro) atendimentos presenciais para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitação, dentre outras.
- 4.3 Houve acompanhamento e avaliações quadrimestrais, durante todo o exercício de **2017**, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e nas ações orçamentárias, conforme demonstrados no item 6 deste Relatório.
5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado **não realizou** Auditoria de Regularidade na **Fundação Radiodifusão Educativa do Estado do Tocantins - REDESAT**, no exercício em análise, conforme informado à fl. 208.
6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, estão demonstrados através do Relatório de Gestão às fls. **25 a 52**, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.
- 6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN nº 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para a **Fundação Radiodifusão Educativa do Estado do Tocantins - REDESAT**, desenvolvido com





base nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 3.051/2015(PPA 2016-2019) e a eficiência e eficácia dos projetos e atividades por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 3.177/2016 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições da Entidade foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance do objetivo, à **fl. 34**, definido no Programa Temático: **Programa 1153 - Infraestrutura Pública** e com suporte nas ações do **Programa 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo**.

6.1.2 Para o objetivo da Entidade foi estabelecida **01** (uma) meta física regionalizadas para o quadriênio 2016-2019, cuja execução, no exercício em análise, indica baixo desempenho, em relação ao que se pretende alcançar para o exercício, conforme análise/justificativa no demonstrativo, à **fl. 36**.

6.1.3 A avaliação do grau de efetividade do alcance do objetivo definido no PPA foi realizada por meio da aferição de **01** (um) indicador, que evidenciam um nível **não satisfatório** para a Entidade, conforme análise/justificativa no demonstrativo, à **fl. 35**.

6.1.4 Para o alcance dos objetivos da entidade foram elaboradas **04** (quatro) ações orçamentárias, sendo **02** (duas) de natureza atividade e **02** (duas) de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um baixo grau de eficiência, com a não realização física de **02** (duas) e financeira de **01** (uma) delas, respectivamente, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às **fls. 37 a 43**.

6.1.5 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de **05** (cinco) ações orçamentárias, todas de natureza atividade, demonstra que as mesmas tiveram uma significativa contribuição, uma vez que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de **96,68%** de execução por meio do Programa Manutenção e Gestão do Poder Executivo, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às **fls. 44 a 50**.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, às **fls. 195 a 197**, um quantitativo de **149** servidores. Na Relação de Servidores Admitidos em **2017**, às **fls. 198 a 203**, foi informado que não houve admissão de servidores por meio de concurso e que **89** ingressaram por meio de contrato temporário. Porém, os dados referentes a contratações temporárias não conferem com as informações consultadas por esta Controladoria Geral do Estado, por meio do Sistema de Gestão de Folha de Pagamento e de Pessoal, tendo sido verificados **94** novos servidores contratados temporariamente, bem como outros **19** tiveram seus contratos renovados em **2017**.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Maria Valéria Miranda Kurovski, Gizeli Costa Bertollo Menezes, Schislene de Souza Barreto** e outros relacionados neste processo, **fls. 08 e 09, COM**



[Handwritten signatures and initials]
5

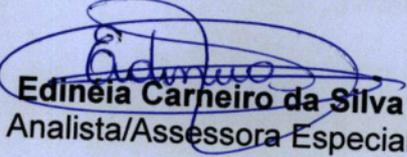


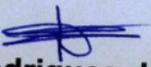
RESSALVAS aos itens 3.6.1, 3.6.3, 3.6.3.1, 3.6.3.2, 3.6.4, 3.7, 6.1.2, 6.1.3, 6.1.4 e 7, deste relatório.

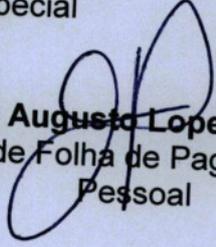
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, em Palmas, aos 28 dias do mês de fevereiro de 2018.

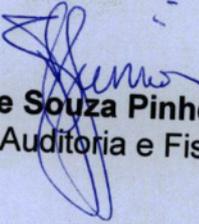

Rosângela Pereira Lima
Analista


Maria Verônica de Carvalho Silva
Analista/Contador

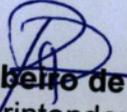

Edineia Carneiro da Silva
Analista/Assessora Especial


Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda
Gerente de Avaliação do PPA e do
Desempenho da Gestão
Governamental


Paulo Augusto Lopes Ribeiro
Gerente de Folha de Pagamento e de
Pessoal


Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

I – De acordo;
II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de conhecimento e emissão do competente parecer de auditoria.
Em 28/02/2018.


Silene Ribeiro de Souza
Superintendente

